

A INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS EM UMA ESCOLA DE CAMPINA GRANDE.

Maiane Cabral da Silva¹

*Universidade Estadual da Paraíba – Graduanda em Licenciatura em Química
Maiane.cabral@hotmail.com*

Paula Emily de Souza Brandão²

*Universidade Estadual da Paraíba – Graduanda em Licenciatura em Química
paulabrandãopb12@gmail.com*

Marcia Renata Soares da Silva³

*Universidade Estadual da Paraíba – Graduanda em Licenciatura em Química
marciarenatass@gmail.com*

Aline de Andrade Silva⁴

*Universidade Estadual da Paraíba – Graduanda em Licenciatura em Química
andrad.aline06@gmail.com*

Lenilda Cordeiro de Macedo (orientadora)⁵

*Universidade Estadual da Paraíba – Professora de Educação Especial e Inclusiva
lenildauepb@gmail.com*

Resumo: Este artigo tem por finalidade refletir sobre a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais e a capacidade de aceitação das diversidades dos indivíduos na escola, garantindo acesso igualitário às oportunidades, possibilitando ao educador desenvolver um olhar crítico sobre sua atuação e os resultados de suas ações. A Educação Especial Inclusiva representa um dos principais desafios da área da educação, uma vez que elimina as barreiras, a discriminação, dentre outras, que dificultam ou impedem o conhecimento e a aprendizagem de todos na escola. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo verificar como a escola está diante da Inclusão social, a pesquisa foi realizada na Escola Normal Padre Emídio Viana Correia, localizada em Campina Grande-PB. Trata-se de análise qualitativa, do tipo descritiva. A partir da análise de conteúdo, constatou-se que no ensino regular as pessoas com necessidades educativas especiais estão sendo bem acolhidas e recebidas tanto pelos alunos como pelos professores e demais funcionários. Mas, é necessário que os professores sempre busquem métodos e recursos como forma de inovação, adquirir sempre mais conhecimento para melhor mediar conhecimentos aos seus alunos sem diferenças, o educador precisa conseguir propiciar a seu educando um ambiente saudável, estimulante e facilitador da aprendizagem, não haverá no ambiente escolar deficiências, nem diferenças, mas haverá uma prática pedagógica diferenciada. É através da inclusão que a criança desenvolve a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a autoestima, preparando-se para ser um cidadão capaz de enfrentar desafios e participar na construção de um mundo melhor independente das diferenças. A escola já se encontra devidamente adaptada fisicamente com rampas de acesso e corrimão para acolher as necessidades físicas do aluno presente.



Palavras-chave: Inclusão, necessidades educativas especiais, escola.

INTRODUÇÃO

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. (MEC/SEESP)

Nos primórdios as crianças deficientes eram excluídas e ameaçadas. No período da idade média os ditos deficientes eram associados a imagem do diabo e aos atos de feitiçaria, eram então perseguidos e mortos pois faziam parte de uma mesma categoria: a dos excluídos. (CARDOSO, 2006).

Conforme relata Jiménez (1993) apud Silva (2006), ao final do século XVIII e início do século XIX, se inicia nos países escandinavos e na América do Norte o período da institucionalização especializada das pessoas com deficiências, e a partir daí surge a Educação especial. A sociedade toma consciência da necessidade de atender essas pessoas com deficiências, mas com caráter assistencial que educativo. Também conhecido como período de segregação, a assistência era proporcionada em centros, na qual pessoas com deficiências eram atendidas e assim a sociedade era protegida do contato com os anormais.

De acordo com Vygotsky apud Souza 2011, é possível entender que as limitadas oportunidades de interação do portador de deficiência, em seu contexto social, interferem no desenvolvimento das funções mentais superiores. A sua exclusão do meio social lhe traz complicações secundárias na forma de um desenvolvimento social insuficiente, com considerável prejuízo na aprendizagem e, conseqüentemente, no desenvolvimento. Por isso, a escola, espaço interativo por excelência, tem um importante papel no desenvolvimento, oportunizando a integração social, impulsionando a aprendizagem, criando zonas de desenvolvimento proximal, propiciando as compensações às deficiências.

Na década de 70, no Brasil, as crianças com NEE passava por um processo educativo adaptado as suas necessidades educativas especiais, as mesmas não eram atendidas em escolas de ensino regular mas em escolas para pessoas com necessidades educativas, como exemplo, O Império Instituto dos Meninos Cegos e Instituto dos Surdos Mudos. Mas, a partir dos anos 80, surge



a integração educativa como opção, defendendo-se que o ensino das crianças e jovens com dificuldades especiais deveria ser feito, pelo menos tanto quanto possível, no âmbito da escola regular. (CARDOSO, 2006).

Para Marilene C. Silva, a educação especial passa, neste final do século XX e início do século XXI, por grandes reformulações, crises e mudanças. É dentro deste contexto histórico que se intensifica o processo de exclusão e que o termo excepcional passa a ser utilizado.

É através da inclusão que a criança desenvolve a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a autoestima, preparando-se para ser um cidadão capaz de enfrentar desafios e participar na construção de um mundo melhor independente das diferenças. A escola deve ser capaz de atender seus alunos em suas especialidades e singularidades e isso é válido para todos, não só para os que possuem algum déficit. Afinal, todas as pessoas apresentam diferentes características, se sobressaem em algumas áreas e apresentam dificuldade em outras, e isso precisa ser respeitado e levado em conta na hora da aprendizagem e do convívio social. (SOUZA, 2011)

Segundo Souza (2011) o processo de ensino-aprendizagem de educando com ou sem deficiência ocorre num processo de respeito, diálogo e trocas de vivências, pois se o educador conseguir propiciar a seu educando um ambiente saudável, estimulante e facilitador da aprendizagem, não haverá no ambiente escolar deficiências nem diferenças, mas haverá uma prática pedagógica diferenciada. Por isto é importante a formação do professor, na capacitação continuada para que se tenha um suporte necessário para modificar práticas retrógradas e reconstruir o ato de ensinar e aprender.

Portanto, o presente estudo tem como objetivo verificar como a escola está diante da Inclusão social, a pesquisa foi realizada na Escola Normal Padre Emídio Viana Correia, localizada em Campina Grande-PB.

METODOLOGIA

Como caminho para este percurso escolheu-se a pesquisa de análise qualitativa, do tipo descritiva. A técnica utilizada foi uma entrevista semi estruturada aplicada com gestor da escola, professora de química e aluna na Escola Normal Padre Emídio Viana Correia, localizada na cidade de Campina Grande.

Para analisar as questões da entrevista utilizou-se a análise de conteúdo. As respostas dissertativas do questionário foram mostradas de acordo com cada objetivo específico do estudo.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentação dos dados relativos ao questionário.

A primeira questão buscou fazer um levantamento se há alunos matriculados na escola com NEE, se sim, citar quais são as dificuldades/ deficiências e como os professores estão ou não preparados para receber esses alunos.

“Sim, limitações físicas.” (Gestor)

“Sim, deficiência física, a aluna apresenta bom desempenho nas disciplinas.” (Professora de química)

“As dificuldades que uma pessoa com deficiência é a falta de acessibilidade que tem pouca, os professores mesmo não muito acostumados a ensinar para uma pessoa com deficiência, eles estão saindo muito bem, por que eles estão passando o maior respeito para o alunos deficiente.” (Aluna)

Como pode-se observar a escola possui aluno(a) com NEE, sendo a mesma com deficiência física. Os professor estão buscando medir os conhecimentos de forma igualitárias para os alunos. A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Na segunda questão os entrevistados foram indagados sobre quais são os recursos materiais e humanos disponíveis para o atendimento de pessoas com NEE.

“A escola foi adaptada com rampa e banheiros adequados ao cadeirante.” (Gestor)

“Rampa de acesso.” (Professora de química)

“Depende da pessoa deficiente porque no meu caso não preciso de recursos materiais, mas recursos humanos, todo deficiente precisa ter hoje em dia em todos os lugares, principalmente ter os nossos direitos que estar sendo pouco de viver nessa sociedade preconceituosa.” (Aluna)

Diante dessas afirmações notou-se que a escola está adaptada para receber alunos com deficiências físicas mas precisa se estruturar em outros aspectos para receber alunos com outras necessidades. “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais,





assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001)”.

As figuras 1 e 2 apresentam a estrutura física da escola que está adaptada para receber alunos com deficiências físicas, possuindo banheiros adaptados e rampas de acesso ao 1º andar da escola.



Figura 1: Banheiro adaptado



Figura 2: Rampa de acesso

Na terceira questão foi perguntado sobre as ações/ praticas pedagógicas da escola com relação ao atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais.

“Atualmente os cursos de licenciatura oferecem a disciplina Educação Especial e Inclusão para capacitar aos professores para ministrar aulas.” (Gestor)

“Ações igualitárias para todos os alunos.” (Professora de química)

“As ações/praticas pedagógicas na escola, eu não sei como responder porque sou novata no colégio mas tenho certeza que são ótimos para uma pessoa deficiente.” (Aluna)

Observou-se que a escola oferece ações e práticas pedagógicas ao atender seus alunos, mas que não deve deixar de buscar qualificações para seus profissionais. A atual lei de diretrizes e bases da educação nacional, lei nº 9.394/96, artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as suas necessidades; assegura a terminalidade específica aqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências.





Para Souza 2011 um requisito para que a inclusão educacional ocorra de forma satisfatória, é o professor ser criativo, buscar cada vez mais conhecimentos, ampliando seu repertório de ações e recursos para satisfazer as diferentes necessidades que advém da diversidade de pessoas inseridas numa sala de aula, porque nem sempre é possível atender as especificidades inerentes a cada aluno seja ele com ou sem deficiência. Afinal, um professor predisposto à docência não consegue se acomodar com as coisas prontas e resolvidas, ele se incomoda diante de um desafio, de algo que exige dele um maior empenho e compromisso.

Na quarta pergunta foi analisada as barreiras/desafios que ainda persistem nesta escola com relação a inclusão de alunos no NEE.

“Os desafios que atualmente enfrentamos na escola não estão relacionados ao atendimento especializado da aluna.” (Gestor)

“Participação de todos os alunos nas ações pedagógicas” (Professora de química)

“Até agora a escola não me apresentou nenhuma barreira e desafio para enfrentar todos os dias.” (Aluna)

Nota-se que a escola não possui barreiras para alunos com deficiências físicas, mas ainda observação a falta de compreensão entre os alunos. A Convenção de Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3956/2002, afirma que as pessoas com deficiências tem os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base a deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

Na quinta pergunta foi avaliado se para os entrevistados a escola é inclusiva e porquê.

“A escola é inclusiva pois temos no curso de magistério a disciplina Portadores de Necessidades Especiais que trabalha a inclusão.” (Gestor)

“Sim. A escola é de inclusão social.” (Professora de química)

“É sim porque ela aceita e respeita todas as pessoas de todos os tipos principalmente pessoas deficientes. Sou a primeira aluna cadeirante desse ano a estudar nessa escola e observei que aqui todos me respeitam e aceita do jeito que sou.” (Aluna)

Compreende-se que a escola tem atendido as necessidades de inclusão que mesmo com algumas dificuldades, barreiras, entre outros não deixa de exercer sua função. Para Millis (1999),



apud Marilene da S. Cardoso 2006, o princípio que rege a educação inclusiva é o de que todos devem aprender juntos, sempre que possível, levando-se em consideração suas dificuldades e diferenças, em classes heterogêneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que a educação inclusiva está em andamento nas escolas regulares e universidades, mas os educadores precisam se referir aos alunos com necessidades especiais, que antes de serem especiais são alunos e sujeitos, suas necessidades, suas necessidades só são especiais porque a sociedade assim as considera.

É necessário que haja mais investimento na parte estrutural das escolas para melhorar o acesso das pessoas com NEE, assim como formações para professores, cursos, ações de planejamento e organização de recursos e serviços. Todas as escolas devem ter a sala de recurso bem planejada, com professores especializados para receberem seus alunos, com materiais adequados.

Para Souza 2011 diante da inclusão educacional de crianças com necessidades especiais é essencial que o professor busque inovar-se, adquirir sempre mais conhecimento, pois todo o conhecimento que viermos a adquirir no dia a dia no contexto da educação inclusiva em sala de aula no atendimento a essas crianças será sempre pouco, porque todos os dias estaremos nos reciclando. As atividades realizadas neste tipo de trabalho devem ser abertas e diversificadas, além de flexibilizado para a abordagem em vários níveis de compreensão, entendimento, apropriação e desempenho nessas atividades. Nunca se deve evidenciar ou comparar alunos que possuem habilidades e potencialidades diferenciadas, o ideal é elogiar e incentivar os aspectos positivos construídos por todos, porém essas atividades podem ser enriquecidas por debates, pesquisas em grupo, registros escritos e falados, dinâmicas, filmes, músicas e vivências grupais.

Em 1994, a Declaração da Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso a escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”. (BRASIL, 2006, p.330), apud MEC/SEESP.



A participação dos pais é fundamental para o desenvolvimento, aprendizagem e interação da criança no contexto escolar. Visto que a inclusão não se limita a colocar a criança dentro da escola, é preciso que ela consiga interagir de acordo com suas potencialidades com outras crianças. Salientamos que é essencial a compreensão de que a inclusão e integração de qualquer cidadão com necessidades especiais ou não, são condicionadas pelo seu contexto de vida, ou seja, dependem das condições sociais, econômicas e culturais da família, da escola e da sociedade. E mais importante é que educar é um ato de amor, onde o professor tem que ir além do conhecimento teórico, pois é preciso percepção e sensibilidade para identificar as necessidades dos alunos. (SOUZA, 2011)

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 3.298, de 9.394, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Políticas Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2007.

CARDOSO, Marilene da Silva. Aspectos Históricos da Educação Especial: da exclusão a inclusão- uma longa caminhada, cap.2. Educação Especial: em Direção á Educação Inclusiva. 3º Edição, Porto Alegre, 2006.

SOUZA, Aline de Jesus; PASSOS, Carla Micele Batista; LISBOA, Geise dos Santos; SOUZA, Luciene Santos de; CARNEIRO, Telmária Cana Brasil. A INCLUSÃO DE CRIANÇAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS E OS DESAFIOS DO DOCENTE EM LIDAR COM ISSO. Fundação Visconde de Cairu, 2011.

